

Internet e Movimentos Sociais: outros espaços de interacção

Paula Cristina Pacheco Medeiros
Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

paula.medeiros@esepf.pt

Palavras-chave: internet; movimentos sociais; participação social.

Resumo

O espaço ocupado pelos movimentos sociais na internet, as influências e apropriações observadas, a este nível, suscitam uma série de questões conceptuais e metodológicas para as quais não parece, ainda, existir respostas teoricamente consistentes. Na maioria dos casos, as explicações sobre estes fenómenos estão condicionadas por opções metodológicas, difíceis de operacionalizar e por uma teorização, ainda recente, sobre as questões do ciberespaço e da internet, numa perspectiva sociológica. Sem pretender responder ao conjunto de questões que esta problemática levanta, espera-se, com esta reflexão, tentar despertar para a necessidade de se desenvolver algumas proposições teóricas sobre as articulações entre movimentos sociais e a sua presença no designado ciberespaço.

Introdução

A tentativa de conceptualizar as dinâmicas e lógicas de acção dos movimentos sociais exige sempre uma reflexão sobre as mudanças económicas, políticas e sociais ocorridas nos últimos anos, a nível global. Uma dessas mudanças relaciona-se com a emergência das tecnologias de informação e comunicação e a sua rápida evolução e difusão nas sociedades actuais. As TIC e, dentro destas, a internet têm vindo a produzir transformações sociais que ultrapassam o nível restrito da comunicação e informação para reintegrar as dimensões económicas, políticas e sociais que configuram e transformam as sociedades actuais.

Procurando de evidenciar as potencialidades e limitações da apropriação da internet pelos movimentos sociais, esta reflexão desenvolver-se-á em torno dos seguintes contornos de análise:

- O alcance e tipo de informação que pode ser veiculada pelos movimentos ou apropriada pelos mesmos;
- As estratégias de mobilização e participação em rede;
- A internet como um campo de possibilidades e resistências a uma participação social e política mais ampla e sistemática dos movimentos sociais.

Com o objectivo de enquadrar as questões, acima referidas, parece-nos importante proceder, em primeiro lugar, a uma abordagem das especificidades da internet, particularmente, no que respeita às dimensões que se articulam com a dinâmica e participação dos movimentos, ilustrando, igualmente, algumas estratégias discursivas e enfoques analíticos e políticos que acompanharam a evolução deste espaço. De seguida, questionam-se os limites e potencialidades da internet à participação social e política dos movimentos sociais. Finalmente, pretendemos interrogar se das transformações induzidas pela apropriação dos movimentos sociais da Internet resultarão ou não novas exigências teóricas para uma melhor compreensão dos fenómenos em questão.

Movimentos Sociais, Meios de Comunicação e Internet: algumas considerações de carácter geral

Os movimentos sociais contemporâneos combinam e articulam formas tradicionais de comunicar com novos meios de comunicação, tendo em conta a diversidade dos momentos e contextos. A importância dos meios de comunicação para os movimentos sociais é já um tema amplamente debatido. A influência dos media nas dinâ-

micas, evolução dos movimentos sociais e na formação das representações das diferentes audiências é uma das várias questões aprofundadas por diferentes autores. Apenas para ilustrar a diversidade que percorre este debate, recorreremos ao trabalho de Perlmutter e Wagner (2004) que, centrando a sua análise nas condições políticas e ideológicas da produção de ícones celebrizados pelos fotojornalismo, não deixam de integrar uma reflexão sobre as ambiguidades, contradições e ambivalências que estão, muitas vezes, presentes nas relações entre os media e os movimentos globais. Os autores assumem que estas relações não são unilineares e, do ponto de vista dos movimentos sociais, podemos encontrar posições tão diversas quanto os objectivos e estratégias de acção aos quais esses movimentos recorrem. Há, por exemplo, grupos, cujos apoios materiais e financeiros, bem como os dos seus simpatizantes, dependem da publicitação das suas causas, por parte dos media. Nestes casos, os media são percebidos como uma condição necessária à transformação social. Noutros casos, porém, os movimentos estão menos preocupados com a cobertura mediática, demonstrando inclusive alguma indiferença perante as representações formadas, em geral, pela população. Estão mais envolvidos na construção e accionamento de um conjunto de símbolos, crenças e ideais que lhes permitam consolidar uma comunidade de referência. Sem negar que alguns destes movimentos recorrem à “espectacularização” para atingir audiências internas e externas, é necessário assumir, também, que se encontra, comumente, nos media de referência uma tentativa de trivialização, distorção ou radicalização dos discursos, acções e causas defendidos por alguns movimentos. Mais ainda, a redução da complexidade e diversidade dos movimentos sociais pode ser facilmente conseguida através das representações dominantes e unilaterais veiculadas pelos media. Tal como os autores referem, a cobertura mediática condiciona a percepção que se forma acerca do que se faz ou diz e se defende

num movimento social ou mesmo no seu interior desse movimento (Perlmutter e Wagner, 2004: 95-97).

Não obstante a pertinência deste debate para análise que nos propomos realizar, convém referir que a nossa abordagem possui um outro enfoque. Tal como Estanque destaca, no contexto da sociedade da informação:

“Nos dias de hoje os movimentos sociais colocam o enfoque nos objectivos imediatos cujo impacto se mede em larga medida pela sua visibilidade pública (sobretudo através da TV) mas, lado a lado, com essa visibilidade as redes virtuais, com as suas complicitades e formas subterâneas de comunicação, de solidariedade e denúncia, apoiadas noutros meios tecnológicos (Internet, telemóveis) seguem o seu curso” (Estanque, 2005:20).

O nosso propósito é, justamente, explorar a última questão referida pelo autor, destacando algumas potencialidades e limites da internet como uma tecnologia social e de informação (Cardoso:1998) para a acção dos novos movimentos sociais.

Antes de iniciar a reflexão sobre o tema da apropriação da Internet pelos movimentos sociais, sentimos a necessidade de procurar uma definição para categoria de movimentos sociais. Apercebemo-nos, desde logo, da importância de articular e confrontar uma pluralidade de referenciais teóricos que reflectem, em certa medida, a diversidade de esquemas interpretativos de um fenómeno que se particulariza, quando contextualizado no tempo e no espaço, e cuja origem, desenvolvimento, natureza das acções, métodos de actuação, reivindicações e objectivos só podem ser compreendidos à luz de um debate entre diferentes correntes teóricas. As múltiplas perspectivas que emergiram na conceptualização e interpretação dos movimentos sociais e a vasta a bibliografia que se desenvolveu sobre o tema não nos permite, no âmbito deste artigo, dar conta da pluralidade que caracteriza este debate¹. A definição que adoptamos, naturalmente condicionada por opções teóricas e metodológicas, certamente discutíveis, é defendida por

Gohn que expressa a sua visão de movimentos sociais “como acções sociais colectivas de carácter socio-político e cultural que viabilizam distintas formas de se organizar e expressar as suas demandas” (2003:13). Na sua acção, segundo a autora, estes movimentos recorrem a estratégias diversificadas “que variam da simples denúncia passando pela pressão directa (mobilizações, marchas concentrações passeatas, distúrbios à ordem constituída, actos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indirectas” (Ibidem). Gohn explica que, paralelamente a essas estratégias, os movimentos, actuando em redes de diferentes escalas, recorrem à internet como forma de acção comunicativa, no sentido proposto por Habermas, o que, por sua vez, vai propiciar e desenvolver novos saberes (Gohn, 2003:13).

Assim, na perspectiva defendida pela a autora, tem-se em conta que a internet não vem substituir qualquer outro meio ou recurso para acção dos movimentos mas, tal como sublinha Bennet, “The Internet is just another communication medium” (2003:19). Esta é, também, uma das nossas suposições teóricas iniciais.

Internet e Movimentos Sociais: potencialidades, apropriações e limites

Assumir a Internet como mais um recurso para a acção dos movimentos sociais implica, para nós, o reconhecimento de dois pressupostos distintos. Por um lado, a recusa de qualquer discurso determinístico que, ao antecipar as inevitáveis consequências sociais das mudanças tecnológicas, postula uma relação de causa/efeito, dando origem a “Discursos que, en general, explican poco pero promocionan mucho, buscando establecer un virtual monopolio normativo y de utilización” (Osvaldo, 2001). Por outro lado, assumimos a análise da internet, num duplo sentido: como uma *tecnología de información*, à

qual o utilizador recorre para pesquisar e aceder à informação e como *tecnología de social* que configura um espaço onde os actores estabelecem redes de sociabilidade, interagem e procuram comunidades de pertença (Cardoso, 1998). Tal como refere Osvaldo León:

“Internet es, de lejos, la expresión más visible de las nuevas tecnologías, y la de expansión más rápida. No se trata en sí de un medio de comunicación (si bien múltiples medios caben en su ámbito), sino de una red que, mediante un protocolo universal (el TCP-IP), interconecta mundialmente a diferentes redes de computadoras, articuladas en nodos o servidores plenamente autónomos, por lo que también se la conoce como la red de redes, y cuya principal característica es haber posibilitado, por primera vez, la comunicación de muchos a muchos en tiempo real o escogido” (León, 2001)

Parece-nos, assim, que só considerando dupla dimensão tecnológica e social da internet poderemos dar conta das dinâmicas dos movimentos sociais neste espaço e evidenciar algumas das condições que permitem a transformação das suas acções.

As funcionalidades da Internet, designadamente, o correio electrónico e as páginas da Web, são percebidas como tendo, agora, uma função estratégica na divulgação, informação e debate, mas, igualmente, na construção das resistências e coligações entre movimentos sociais, no espaço físico ou virtual.

Importa, portanto, questionar em que medida estes meios servem os interesses e preocupações dos actores sociais em análise. Nesse sentido, a primeira hipótese que queremos explorar é a de que a internet constitui um meio favorável à obtenção de informação, organização da resistência e à emergência de novas formas de acção dos movimentos sociais contemporâneos.

Em primeiro lugar, e sem negar a existência de fluxos de informação que podem ser ocultados pelo poder não democrático, a informação que circula na internet sobre um determinado acontecimento ou decisão política per-

mite a sua ampla difusão, precisamente, na Web ou através de e-mail. Bennet reconhece este processo ao destacar uma das características distintivas da utilização da Internet, por parte dos activistas globais. Segundo o autor, as mensagens de protesto podem, na realidade, ultrapassar os limites geográficos e mediáticos (2003:19).

Em segundo lugar, e tendo em conta que este processo não pode ser totalmente dissociado da informação veiculada por outros media que interagem, sob diversas formas, com os fluxos de informação que circulam na Web, interessa, antes de mais, questionar como se apresenta a informação no espaço da internet, como se difunde, qual é o seu alcance e de que forma pode servir os interesses dos activistas em rede.

Para Montalbá Ocaña (2003) a Internet proporciona um vasto conjunto de informações e acumulação de conhecimento que poderão decorrer quer da acção individual, quer da acção colectiva dos seus utilizadores. Segundo a autora, mesmo agindo de acordo com os interesses individuais, os actores podem deixar pistas para a exploração e orientação da pesquisa permitindo que outros utilizadores acedam e acumulem um vasto conjunto de informação. Exemplos disto são os chamados weblogs, sítios na Web que estão agrupados por temáticas, os fóruns de discussão, entre outros (Ocaña, 2003). Esta ideia sugere-nos um outro conjunto de questões. Em primeiro lugar, a necessidade de se esclarecer melhor a associação entre informação e conhecimento. Tal como explica Osvaldo León (2001):

“Si consideramos que el conocimiento es un complejo proceso humano de selección, procesamiento, discernimiento, intuición y análisis sobre la base de la experiencia acumulada, entonces, se vuelve evidente que el acceso a la información es apenas un componente. Para que la información se transforme en conocimiento, se debe disponer de ella en el momento y el formato adecuados a una determinada necesidad o contexto, y además tener las condiciones para utilizarla. Estas

condiciones abarcan una amplia gama de factores socio-culturales, económicos y políticos”.

Concordamos, ainda, com Bennet quando refere que é necessário que os utilizadores se sintam, sob certas condições, motivados para explorar as capacidades da internet para que estas produzam algum potencial transformativo para os movimentos sociais. Quer dizer, mais do que o meio, é o contexto humano que vai condicionar a possibilidades de comunicação entre os diferentes actores (Bennet, 2003: 18). Finalmente, torna-se difícil acreditar que esta informação chega às audiências de um modo “puro” ou não filtrado. Reconhecemos, pelo contrário, os limites da informação que, antes de ser divulgada num dado contexto, é submetida a esquemas interpretativos e avaliativos, por parte diversos actores envolvidos na luta social. Assumir que a difusão da informação é também a difusão da interpretação e avaliação da informação parece-nos uma assunção básica para compreender os processos de comunicação, os argumentos e os debates que são difundidos no espaço da internet, pelos movimentos sociais. Permite-nos também olhar criticamente para a associação, frequente, entre a internet e um espaço de informação alternativa que ela supostamente representa. Reconhecemos, como Ocaña identifica a partir da análise dos documentos do Fórum Mundial de 2001, que a Internet abriu espaços de resistência a um campo de comunicação caracterizado:

“por la tendencia a la concentración monopolística, regido por conglomerados que controlan el mundo de la comunicación, constituyéndose una especie de segundo poder que garantiza la hegemonía ideológica del ordenamiento neoliberal, imponiéndose un tipo de información uniforme, determinando qué es noticia, por tanto qué existe y quién debe ser el emisor, así como el cómo se debe difundir tal información” (Ocaña, 2001).

Concordamos, igualmente, com a autora quando refere ser possível encontrar na Internet espaços mais independentes que promovem um debate plural e cujas

acções comunicativas integram as perspectivas daqueles que são frequentemente silenciados ou indiferentes para os *media de referência*. Mas, a este propósito, os argumentos de Bennet parecem-nos, particularmente, esclarecedores: são as redes que escapam ao controlo do poder das organizações estabelecidas e que, não se sentindo limitadas pela agenda dos seus membros, transformam o espaço público da internet numa esfera relativamente aberta onde as ideias e/ou protestos circulam com uma relativa liberdade sem necessitarem dos outros media para obter informação ou reconhecimento (2003:20). Não queremos deixar, portanto, de assumir que grande parte desta informação pode estar sujeita a um debate mais ou menos plural, de acordo com a configuração dos diferentes espaços onde ela se encontra. Se numa página da internet associada a um movimento social a informação pode ser linear e quase estática a discussão das diferentes perspectivas e interpretações que ela suscita pode ter, de facto, lugar, se paralelamente à divulgação da informação estão disponíveis listas de discussão ou fóruns que possam favorecer a interacção e disputa de sentidos e que abrem e democratizam o debate, sobre as questões em análise. Parece-nos necessário, então diferenciar, a este nível, a acção dos vários movimentos no espaço da internet. Na maioria dos casos, movimentos, organizações e sindicatos dispõem de uma página na Web. No entanto, a apropriação que se faz deste espaço é muito dependente dos conteúdos, do tipo de comunicação e da dinâmica que pode ser ou não visível nessas páginas. A nível empírico, podemos perceber, ainda que superficialmente, que as coligações que se estabelecem, os conteúdos informativos, os contactos e a interacção denotam uma maior ou menor actividade na rede. Consideramos, no entanto, que estes não são indicadores suficientemente precisos para avaliar todas as actividades que estes movimentos poderão desenvolver. Mesmo assim, muitos autores referem páginas na Web de movimentos ou organizações que são capazes de

ultrapassar os níveis de acesso à informação e ao correio electrónico, não pretendendo somente difundir a sua imagem e acções, mas promovendo, antes de mais, a contribuição livre e voluntária dos actores, a construção de um espaço de notícias e reflexões e a cooperação entre várias organizações. Alguns dos exemplos referidos pelos autores que estudamos são: Comunidad Web de Movimientos Sociales <www.movimientos.org> (Osvaldo, 2001); <<http://www.joves.net>>; Mujeres en Red <<http://www.nodo50.org/mujeresred>> (Ocanã, 2003) e a bem conhecida Indymedia, referida aliás por grande parte dos autores que se dedicam ao estudo dos movimentos sociais em rede.

Com efeito, os espaços de interacção são considerados, na maioria dos casos, como elementos que podem fazer a diferença entre os meios de comunicação propiciados pela internet e outros, como a rádio, televisão e imprensa escrita, onde o poder de contestação ou resposta é naturalmente muito mais reduzido. O aprofundamento democrático das relações entre os actores e movimentos sociais, nesta dimensão parece, assim, estar condicionado pela intenção ou possibilidade de utilização das tecnologias digitais de um modo plural. Mas há outros factores a ter em conta. O envolvimento dos actores num movimento em rede depende, antes de mais, das suas possibilidades de acesso à internet, de condições socio-económicas e competências que permitam a comunicação, a participação e interacção na actividade do movimento. A info-exclusão é já um tema bastante recorrente nos debates que se desenvolvem hoje a propósito da sociedade de informação. As limitações geográficas, sociais e colectivas que se opõem à ideia de uma suposta universalidade da internet tornam-nos mais conscientes das desigualdades que se geram na distribuição do poder de comunicar e de aceder à informação na internet. Neste contexto, as divisões simbólicas *norte/sul* parecem-nos, novamente, adequadas para explicar estas desigualdades a nível mundial. As diferenças de acesso à Internet e à sua utilização participativa articulam-se com

as já conhecidas diferenças entre países a nível mundial e, dentro de cada país, com as diferenças entre grupos sociais, zonas geográficas, grupos sujeitos à exclusão, o que reflecte, afinal, as desigualdades globais que contrariam a justiça social. Às desigualdades socio-económicas sobrepõem-se, ainda, desigualdades de propriedade de conhecimento (Ocanã, 2003). E é necessário realçar que não se trata apenas de um desconhecimento da utilização da tecnologia mas relaciona-se igualmente com dificuldades concretas na gestão da informação que, na sua maioria, se apresenta como caótica, desorganizada e indiferenciada. São estas desigualdades que limitam os sujeitos e actores sociais nos seus direitos à comunicação e participação uma vez que elas condicionam, em grande medida, as condições humanas e contextuais para gerir a informação, interpretar dados e assumir posições críticas sobre as informações que recebidas.

A um outro nível, a censura e controlo da rede são outros fenómenos presentes na comunicação na internet que assumem uma crescente importância no debate sobre o aprofundamento democrático das sociedades. São muitas vezes as ideias mediáticas que se divulgam acerca da perigosidade ou ausência de segurança na internet que legitimam acções de controlo e intervenção, mais ou menos, visíveis por parte dos Estados ou do poder corporativo. Se nos regimes ditatoriais a censura é claramente assumida, nos países ditos democráticos ela tem um carácter de invisibilidade: não querendo ser alvo de acusações de violação dos direitos humanos, o controlo e a censura exercem-se de um modo quase que oculto, através de programas que atentam à liberdade de expressão dos indivíduos na internet. São programas que interceptam comunicações, a nível global, e que podem gerar insegurança ou medo por parte daqueles que desejam exercer activamente o seu direito de comunicação (Ocanã, 2003). Estas problemáticas levam-nos a questionar acerca da legitimidade de intervenção e uso da força dos Estados na regulação de um espaço que se

deseja plural e livre dos condicionalismos políticos e institucionais.

Sob estas condições, também a intercomunicação e articulação entre os diferentes movimentos em torno de uma causa que lhes parece ser comum não poderão ser facilmente accionadas, sobretudo, quando os veículos de informação na internet se encontram fechados ao diálogo e debate. Mais uma vez, podemos supor que a resistência global dos movimentos sociais não está simplesmente condicionada pela tecnologia utilizada mas é muito mais dependente dos conhecimentos e estratégias dos actores que utilizam estas tecnologias e das relações de poder que se estabelecem de um modo mais ou menos explícito no espaço da internet. Pensamos que a problemática da apropriação da Internet pelos movimentos sociais apela a uma reflexão sobre as potencialidades e limites deste meio e que os próprios movimentos sociais, se envolvidos na luta pela emancipação e democratização das comunidades que representam, não se podem demitir desta reflexão. Só a sua participação activa nas formulações e interpretações dos efeitos da utilização destas tecnologias nas dinâmicas sociais e políticas que configuram as sociedades poderá dar lugar à construção de um conhecimento mais plural sobre o alcance e influências da informação mediada pelo computador e do poder que ela pode representar para a acção colectiva.

Alguns autores reconhecem que a coordenação, mobilização e gestão da acção colectiva podem ser facilitadas pela utilização da internet. O mesmo se pode dizer quanto à articulação entre diferentes movimentos e actores sociais. Esta articulação é conseguida não apenas pela disponibilização da informação, interacção na Web, mas também através de documentação e software de livre acesso. Este último, não regulado pelo mercado constitui um recurso que agiliza a cooperação e favorece a solidariedade entre movimentos (Ocanã, 2003). Para Bennet, por exemplo, os activistas globais em rede con-

seguem, com recurso à Internet, reunir um conjunto de identidades diferentes, mesmo quando a própria coe-rência temática da acção pode ser posta em causa (Ben-net, 2003: 26). O poder da Internet, para o autor, é indissociável das identidades que se transformam.

Mas são necessários mais e melhores condições para o exercício da acção colectiva, designadamente, mais segu-rança, maior abertura e receptividade ao exterior, mais predisposição à partilha de experiências, diversificação e multiplicação das relações que se mantêm (Ocanã, 2003). Devemos, ainda, reconhecer que são muitas as resis-tências à acção colectiva na Web. Para além daquelas que já referimos anteriormente – a censura e as desi-gualdades de acesso e participação – as falsas identi-dades, o rumor e a mentira, que se generalizam e sobrecarregam as caixas de correio com apelos a uma solidariedade que evocam situações de fragilização humana e geram desconfianças, dão lugar a resistên-cias que inibem a participação dos sujeitos, tornando-os renitentes em contribuir para a difusão de mensagens falsas. (Ibidem).

Torna-se, pois, necessário problematizar, em primeiro lugar, a articulação entre o meio de comunicação e a própria mensagem. É neste contexto que se questiona a utilização correcta ou perversa da internet. Podemos perceber que a discussão se desenvolve em várias dimen-sões: os termos do diálogo na interacção (questões de linguagem e estratégias comunicacionais que podem impulsionar um conflito ou um consenso, consenti-mento etc.), a publicação de informação considerada opressora dos direitos humanos e a necessidade de se reconhecer as tentativas de limitar a comunicação atra-vés da censura de conteúdos das interacções, questão que já referimos anteriormente. Podemos perguntar-nos, nesta perspectiva, se este não será também um debate que recupera antigas formas de luta política-ideológica que visam a legitimação dos poderes em confronto.

Em segundo lugar, parece-nos importante sublinhar que a análise das potencialidades e limites da Internet para a acção dos movimentos sociais não pode, a nosso ver, reduzir-se à dimensão do espaço virtual ou do ciberespaço. Embora estes conceitos sugiram outras tantas reflexões, de onde emergem as ideias de “comunidade virtual” e de identidades que se formam a nível transna-cional, não nos parece possível dissociar as actividades, formas de protesto e resistências, propostas e alternati-vas dos movimentos sociais, que se formam num espaço físico, das formulações que se apresentam no espaço vir-tual. O debate destes movimentos sobre os problemas sociais, em encontros e fóruns reunidos num espaço físico concreto, conduz a propostas de acção que se reflectem na internet. Por sua vez, podemos assumir que as informações que circulam na internet e a sua influên-cia na mobilização dos actores podem, eventualmente, impulsionar estratégias de resistência e mesmo con-fronto político e mobilizar os actores no espaço físico. Embora estas proposições pareçam demasiado eviden-tes, elas colocam algumas dificuldades metodológicas à abordagem do tema. Referimo-nos, designadamente, a impossibilidade de se estudar separadamente os fenó-menos sociais a um nível de análise que não articule as teorias explicativas, que consideram as relações sociais num espaço geográfico contextualizado, com as teorias que assumem a ausência de limites temporais e geográ-ficos na atribuição de sentido aos fenómenos sociais análise. Paquete de Oliveira, no prefácio à obra de Gus-tavo Cardoso, parece resumir bem algumas das questões metodológicas que se levantam na análise do ciberespaço: “sem a configuração explícita de teoria/as de comando de pesquisa, e sem o acerto afinado de meto-dologias e técnicas de análise adequadas, não é fácil cap-tar o novo deste espaço, se é que de novo se trata” (Cardoso, 1998: X)

Com efeito, no estudo da apropriação dos movimentos sociais na internet podemos identificar a adaptação de

estratégias já muito experienciadas no espaço físico para o ambiente electrónico, como é o caso das campanhas de “abaixo assinados” para se oporem a uma determinada opção política governamental ou mesmo a nível internacional ou transnacional que são, apenas, transformadas em listas de e-mails que se pretendem fazer chegar às instâncias de poder. Uma observação mais atenta sobre alguns fenómenos que ocorrem no ciberespaço, que poderão ser percebidos como transformações de formas de protesto já bem conhecidas no espaço físico, leva-nos a pensar que este é um fenómeno recorrente. Referindo, apenas, alguns exemplos: o ataque, a invasão de sites governamentais por parte dos chamados hackers e a sua modificação ou destruição de conteúdos reflectem bem uma prática de confronto político utilizada já pelas formas de luta política tradicionais. Admitimos, porém, a impossibilidade de se adaptarem ao espaço da internet todas as estratégias de acção experimentadas pelos movimentos sociais no espaço físico e, por outro lado, a especificidade de outras estratégias cuja eficácia está claramente relacionada com as particularidades do espaço da internet.

Uma breve visita na Web

Ao fazer uma breve análise exploratória de três sites da internet, directa ou indirectamente associados às actividades dos movimentos sociais, podemos dar conta de situações diferenciadas relativamente a algumas questões discutidas anteriormente. Importa, antes de mais, dizer que não se pretende aqui produzir qualquer tipo de crítica a esses sites. Estas considerações resultam, somente, de uma experiência, percurso e perspectiva de mais uma utilizadora, que se interessou em saber como se podem articular as questões da interacção social e a apresentação da informação nos sites da web, apropriados pelos movimentos sociais. Como se tratou de per-

curso breve e superficial nenhuma das observações que se seguem poderão ser percebidas como conclusivas.

O primeiro exemplo que observamos refere-se ao site da *Coligação Internacional para o Tribunal Internacional* que segundo a informação disponível, em língua portuguesa, se define como:

“A Coligação de ONGs para o Tribunal Penal Internacional (Coligação) é uma rede internacional de mais de 1.000 organizações da sociedade civil e associações jurídicas que suportam o funcionamento permanente, justo e efectivo do Tribunal Penal Internacional (TPI). Os membros da Comissão Coordenadora são: Amnistia Internacional, Asociación Pro Derechos Humanos, European Law Students Association, Fédération Internationale des Ligues des Droits de l’Homme, Human Rights Watch, International Commission of Jurists, Lawyers Committee for Human Rights, No Peace without Justice, Parliamentarians for Global Action, Rights & Democracy, Women’s Caucus and the World Federalist Movement Institute for Global Policy (WFM-IGP). Os membros da Coligação pertencem a todas as regiões do mundo e são constituídos por pessoas com conhecimento nas mais diferentes áreas, incluindo Direitos Humanos, questões relativas às mulheres e às crianças, desarmamento, entre outros”. (<http://www.iccnw.org/espanol/articulos2.htm>)

Neste site, podemos aperceber-nos de algum trabalho de gestão e cooperação entre as diferentes organizações e movimentos que constituem a coligação. Este é visível quer na remissão que se faz para respectivos sites das organizações que fazem parte da coligação, quer nos conteúdos que apelam para a participação dos utilizadores em campanhas de protesto impulsionadas pelas diferentes organizações². Note-se que foi a a partir de um apelo a participação no site da Amnistia Internacional que chegamos ao site da Coligação Internacional para o Tribunal Internacional. Refira-se, ainda, que a maioria destas campanhas são direccionadas para influenciar políticas governamentais nacionais, em

matéria de questões sociais, de justiça, direitos humanos, entre outras.

Outro aspecto interessante de se observar, de acordo figura que se segue, é que a organização dos meios de acção online não impede o recurso aos meios tradicionais de apelo à participação, neste caso, os panfletos. Ou seja, estão disponíveis, neste site, panfletos e manuais, formatados de modo a ser facilmente imprimidos, que parecem ter como propósito a divulgação de uma informação num contexto local e exterior ao designado ciberespaço.



Figura 1. Imagem do panfleto que apela à ratificação do Tratado de Roma
Fonte: <http://www.iccnw.org/espanol/articulos2.htm>

Entre vários exemplos de sites de organizações cujos conteúdos se centram em problemas globais, podemos encontrar o do *Observatório dos Direitos Humanos* em <http://www.hrw.org/site-map.html>. Sem pretender fazer uma análise exaustiva do site, queremos salientar alguns tópicos que nos pareceram relevantes para perceber o modo como se pode dinamizar a participação dos utilizadores. Neste site, além de se apresentar documentos que remetem para a fundação, objectivos e estrutura da Organização, estão disponíveis, ainda, diversos textos cujos objectivos vão desde a denúncia de situações de violação de direitos humanos até reflexões sobre as principais temáticas integradas no âmbito da actuação desta

Organização. Refira-se que grande parte da informação encontra-se contextualizada a nível local e parece ser sistematicamente, actualizada³. Mas mais interessante para a nossa análise é perceber como diferentes recursos disponíveis online tendem ou não a promover a participação dos utilizadores ou visitantes. Por exemplo, a participação em diversas campanhas é facilitada pela a disponibilização de cartas já redigidas e endereçadas, em relação às quais o utilizador precisa apenas de assinar.

Ainda, neste site, é dado a conhecer ao utilizador ou visitante um outro conjunto de meios de participação que se encontram sob a rubrica “What you can do?” (<http://www.hrw.org/act/act.html>) e cujas propostas passam pela já referida participação em campanhas, pela a informação como fundamento da participação de cada um, a integração nas listas de e-mail, tornar-se membro da organização, contribuir para organização – através de donativos, participação em reuniões em diversos locais onde são realizadas, discussão em blogs cujos recursos aparecem disponíveis no link <https://hrw.org/blogs.htm>, difusão do site através de ligações a outros sites, ou o contacto directo com a Organização através dos seus endereços físicos ou electrónicos. De notar que todas estas apelos são acompanhados de uma informação detalhada sobre os procedimentos necessários para essa participação e envolvimento. Convém, entretanto, salientar que a maioria dessa informação se encontra, predominantemente, disponível em língua inglesa, embora existam algumas selecções de texto traduzidas em outras línguas. A informação traduzida é, no entanto, escassa quando comparada com os conteúdos do site principal. Estando conscientes das associações políticas e ideológicas que estão subjacentes a grande parte dos conteúdos do site, consideramos que ele acciona um conjunto de recursos colaborativos e interactivos online que denotam uma maior abertura, dinamismo na apresentação da sua organização na Web.

Tendo em conta que os recursos disponíveis, o âmbito de actuação, o poder político e social e a história dos

movimentos são significativamente diferentes, encontramos na Web, sites cujo dinamismo e promoção da interação são contrastantes com o exemplo que referimos anteriormente. Podemos apresentar como exemplo o site do Fórum Social Mundial.

O *Fórum Social Mundial*, apresentando-se como “um espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ongs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo”⁴ e recusando um qualquer estatuto de entidade ou organização propõe-se, entre outros, a prosseguir o objectivo de articulação entre diferentes movimentos, organizações não governamentais, redes e organizações da sociedade civil. É de acordo com este objectivo que consideramos importante fazer uma breve exploração do site. Tal como nos sites anteriores, podemos encontrar um conjunto de informação que identifica os princípios orientadores, historical e objectivos deste espaço. Outros conteúdos informativos de grande relevo são disponibilizados, igualmente, na designada “Biblioteca de alternativas”. Aqui podemos encontrar textos de qualidade científica sobre os diferentes temas que têm vindo a ser objecto de reflexão por parte do *Fórum Social Mundial*. No entanto, se procurarmos, num determinado período, as notícias que são disponibilizadas na página “Notícias” percebemos a predominância de temas que se relacionam com as actividades impulsionadas pelo fórum ou pelas organizações que dele fazem parte, parecendo-nos que, de um modo global, este espaço funciona mais como um meio de dar a conhecer a dinâmica do Fórum sem ter como preocupação central de remeter o leitor para uma informação sobre os fundamentos ou problemáticas sociais que impulsionam a existência e as actuações do Fórum. Essas notícias “sobre si próprio” aparecem ainda na parte dedicada aos “Fóruns Sociais pelo Mundo”. Acresce que

“A sala de Imprensa” tende a abordar as mesmas categorias temáticas.

Atente-se na página, consultada em 19 de Setembro de 2005:

Quadro 1 – Sala de Imprensa do Fórum Social Mundial

Fonte:
http://www.forumsocialmundial.org.br/quadro_imprensa.php?Cd_imprensa=2

Sala de imprensa

Mais de 5 mil profissionais de imprensa, de 65 países, dos cinco continentes, representam os mais de 1 mil veículos de comunicação cadastrados para fazer a cobertura do V Fórum Social Mundial (FSM), entre os dias 26 e 31 de janeiro de 2005, em Porto Alegre. Nesta Sala, você encontra sugestões de pauta, releases da equipe de comunicação do FSM e ainda links para os veículos alternativos que cobrem o evento.

Atenção: telefones diretos da Assessoria de Imprensa do FSM 2005: (51) 3227.86.22 – 3212.8826 – 3227.5591 – 3286.7516 – 3212.0095 – 3286.7248

1) Releases

Principais notícias divulgadas à imprensa pela equipe de comunicação do Fórum Social Mundial. Mais informações, escreva para fsmimprensa@forumsocialmundial.org.br ou fsmimprensa@fsm2005.softwarelivre.org ou ligue para (11) 3258.8914 ou (51) 3227.8622.

2) Boletins de rádio

A partir de 01 de dezembro, acesse os boletins de rádio (formato MP3), produzidos pela equipe de Comunicação do FSM.

3) Íntegra das entrevistas

Escute a íntegra de algumas das entrevistas realizadas para o programa O Mundo do Fórum, acompanhada de sua respectiva transcrição.

4) Fotos do FSM 2005

Acesse a cobertura fotográfica dos 11 Espaços Temáticos do FSM 2005

5) Sugestão de Pauta

Aqui você pode encontrar o que é notícia para o seu veículo de comunicação.

6) Credenciamento e infra-estrutura de imprensa no FSM 2005

Aqui você fica sabendo como pode se inscrever para fazer a cobertura do V FSM. Também terá mais informações sobre a infra-estrutura que estará disponível durante o evento para os profissionais de comunicação.

7) Conheça o Mundo do Fórum

8) O FSM em números

9) Contatos

10) Para se cadastrar no mailing de jornalistas e receber notícias e releases sobre o FSM, escreva para marco.mendonca@fsm2005.softwarelivre.org

Entretanto, se procurarmos no motor de busca um texto de debate sobre o tema da globalização, inserindo a conceito, como a palavra-chave, a visualização dos resultados da procura é a seguinte:

Quadro 2 – Página do site do Fórum Social Mundial
 Fonte: http://www.forumsocialmundial.org.br/busca.php?Oper=1&type=1&cd_language=1

Menu: Agenda de mobilizações	09.08.2005
· Calendário de mobilizações de 2005	
Menu: Agenda des mobilisations	24.09.2003
· Agenda de mobilizações	
Menu: Biblioteca das Alternativas	02.06.2005
· Biblioteca das Alternativas	
Menu: Carta de princípios	08.06.2002
· Carta de Princípios do Fórum Social Mundial	
Menu: Carta de princípios	21.08.2002
· Esclarecimento sobre os princípios que orientam a organização do Fórum Social Mundial	
Menu: CI – Documento sobre a Reunião de Porto Alegre	22.06.2002
· Documento sobre a reunião do CI em Porto Alegre	
Menu: Conjunturas e mobilizações	15.09.2003
· Conjuntura e debate	
Menu: Fórum Social Europeu	22.06.2002
· Fórum Social Europeu	

Não se põe em causa que, em cada uma destas hiperligações, se possam encontrar informações relevantes sobre a problemática da globalização, sabendo que este é uma temática de excelência do *Fórum*. No entanto, perguntamo-nos se um visitante do site, que se interesse pelo tema, permanecerá à procura dessas informações veiculadas pelo Fórum ou navegará para os outros “links” do site, na tentativa de encontrar outros sites de movimentos ou organizações que apresentem, de um modo mais directo, os conteúdos que procura. Se optar pela última hipótese, receamos que desista com facilidade. É que as

páginas que procuram estão integradas numa categoria *Comité Organizador/Secretaria Executiva do FSM*, que pouco deixa antever a existência de alternativas de pesquisa. Suponhamos, ainda, que o utilizador pretende manifestar o seu descontentamento, as suas dificuldades na pesquisa, deixar alguma sugestão para ampliar as potencialidades da página do Fórum, ou mesmo discutir um tema que considera relevante para o fórum, quais as ferramentas de que dispõe? Um conjunto de endereços físicos e electrónicos em relação aos quais suspeita não obter resposta ou pelo menos não lhe permitirá saber, de imediato, se há receptividade em relação à sua participação e se as suas opiniões serão ou não partilhadas por outros utilizadores.

Refira-se finalmente que o nosso objectivo, ao recorrer a estes três exemplos, foi o de tentar mostrar que estes sites, embora contenham uma ampla variedade de informação susceptível de mobilizar os actores sociais, apresentam-se ao utilizador ou visitante como mais ou menos estruturados, abertos e receptivos à participação. No entanto, permanecem as questões: Será que a Internet promove a mobilização e envolvimento dos actores em movimentos sociais? Ou representa apenas mais um suporte para aqueles que já se percebem como activistas?

Notas Finais

A internet não é um espaço neutro. Não representa, também, um espaço de comunicação livre de constrangimentos sociais e de relações de poder. Também não pode ser considerado como o espaço de excelência para o crime ou terrorismo. Interpretações unilineares de um espaço que é marcado pela acção humana não permitem revelar a complexidade dos fenómenos que se constroem a nível social. Os movimentos sociais com uma actividade mais sistemática na internet têm desafiado os

poderes instituídos, denunciando opressões e promovendo lutas, mobilizando actores individuais e colectivos, abrindo canais de comunicação e espaços de cidadania. As tecnologias digitais não se limitaram a reduzir os custos das actividades quotidianas dos movimentos sociais, permitiram, igualmente, a coordenação dessas actividades de um modo mais eficaz e rápido, superando os constrangimentos espaciais e temporais na organização dos protestos globais. Não obstante todos os limites que encerra, a internet parece ter impulsionado a emergência de novas formas de novas consciência colectiva, de identificações e comunidades que se interconectam a nível transnacional. Estamos em crer que a liberdade de expressão, que deverá ser reivindicada para este espaço interactivo, será uma das condições para a construção de alianças a nível global. Mas parece-nos, também, urgente uma reflexão teórica que favoreça a compreensão da articulação dos movimentos sociais, neste novo “espaço público” e que se questione, igualmente, a democraticidade das suas práticas. De notar, porém, que mesmo ao nível das resistências transnacionais, os movimentos não abandonaram as formas de comunicação e participação políticas tradicionais e a internet, ao contrário do que se poderia supor, não as substituiu nem as desvalorizou. Reforçou, inclusive, essas antigas práticas dotando-as de uma maior visibilidade. Nessa medida uma acção política de protesto ou resistência, numa escala local, poderá agora, com uma maior facilidade, encontrar novas audiências e apoios a nível trans-local.

Para compreender os novos movimentos sociais, nas suas múltiplas dimensões, apela-se tanto ao reconhecimento das suas acções como dos seus pensamentos. Esta percepção/interpretação dos movimentos sociais significa também perceber os locais de acção e o impacto destes sobre os actores. Isto pode ser visto, entre outros, através dos projectos que os movimentos formulam e da divulgação destes projectos, do seu debate e construção

de alternativas, através das tecnologias interactivas, nomeadamente, a internet.

Referências Bibliográficas

- BENNET, W. Lance (2003). “New Media Power. The Internet and Global Activism” in Nick Couldry e James Curran (eds.), *Contesting Media Power. Alternative Media in a Networked World*. Lanham: Rowman and Littlefield (pp. 17-37)
- CARDOSO, Gustavo (1998). *Para uma Sociologia do Ciberespaço*. Comunidades Virtuais em Português, Oeiras: Celta Editora
- COHEN, Jean L. and Andrew Arato (1994). “Social Movements and Civil Society”, in Cohen, Jean L. and Andrew Arato, *Civil society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press (pp. 492-563)
- ESTANQUE, Elísio (2005). “Activismo ou Indiferença? Recomposição social, diferença sexual e atitudes estudantis na Universidade de Coimbra” Paper apresentado na Conferência Internacional *Alternative Futures and Popular Protests*, 30 de Março a 1 de Abril de 2005 (texto policopiado)
- GOHN, Maria da Glória (1997) “Paradigma dos novos movimentos sociais”. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola (pp. 121-170)
- GOHN, Maria da Glória (2003) “Movimentos Sociais na actualidade: manifestações e categorias analíticas” in Maria da Glória Gohn (org), *Movimentos sociais no início do século XXI. Antigos e novos actores sociais*. Petrópolis: Editora Vozes
- MONTALBÁ OCANÁ, Carmen (2003). Internet: entorno para nuevas entidades sin ánimo de lucro, *Revista TEXTOS de la Ciber sociedad*, 2, Temática Variada. Disponível em <http://www.cibersociedad.net>
- OSVALDO, León (Coord.) (2001). *Movimientos Sociales en la Red*. Quito: Agencia Latinoamericana de Información. Disponível em <http://www.cibersociedad.net/x/extern.php?xtn=http://www.alainet.org/publica/msred>
- PERLMUTTER, David D. e Gretchen L. Wagner (2004). “The anatomy of a photojournalistic icon: marginalization of dissent in selection and framing of death in Genoa”, *Visual Communication*, Vol.3, N° 1 (pp.91-108)

¹ Para uma breve ilustração sobre o conjunto de perspectivas que se entrecruzam na interpretação dos movimentos sociais e na distinção entre velhos e novos movimentos sociais, as propostas de Maria Glória Gohn (1997) e de Jean Cohen e Arato (1994) constituem, quanto a nós, um bom ponto de partida para a exemplificar a complexidade e diversidade que permeiam estas teorias.

² As ligações a outras organizações podem ser visualizadas em <http://www.ziccnw.org/resourcestools/links.html>

³ Podemos ter uma ideia geral destas temáticas em <http://hrw.org/doc/?t=internet>

⁴ http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=19&cd_language=1e